Ata da Terceira Audiência Pública – 11 de Julho de 2019

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de julho de 2019.

Às dezenove horas e trinta minutos do dia onze de julho de dois mil e dezenove, Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reuniram-se, Equipe técnica, componentes do Núcleo Gestor, população em geral para participar da Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Santo Amaro da Imperatriz.

Dalson iniciou a audiência desejando boas vindas aos participantes e pediu que o prefeito, Edésio Justen, sentasse a mesa junto a Equipe Técnica.

Márcio iniciou falando que o objetivo da noite era mostrar o andamento do Plano Diretor e mostrar os próximos passos. Mostrou o diagnóstico do processo de elaboração do plano e falou sobre o Núcleo Gestor, que é um conjunto de pessoas que representam as comunidades e entidades de Santo Amaro da Imperatriz. Apresentou o resultado das etapas já concluídas.

Foi feito um breve relato do que será a Quarta Etapa do Plano Diretor que inclui Audiência Pública, disponibilizar a Versão Preliminar. e a Consulta Pública, que é dar sua opinião sobre o plano. Então o Núcleo Gestor se reunirá para avaliar se é necessário ou não as alterações que serão apresentadas na última audiência.

Explicou como funcionará a Consulta Pública, e como será a Conferência Final, que são as modificações realizadas durante a consulta para a versão consolidada.

Mostrou como ficou a divisão da lei, sendo 1 - disposições gerais; 2 - políticas urbanas, ambientais; 3 - os instrumentos; 4 - as normas de uso e parcelamento do solo; 5- o sistema de gestão democrática; 6- disposições gerais e transitórias. Mas o conteúdo dessas leis só serão apresentados no evento de lançamento da Versão Preliminar.

Falou sobre os objetivos e diretrizes que o Núcleo Gestor decidiu durante as oficinas, as estratégias e políticas municipais estudadas para saber resolver determinados problemas. As normas de uso e ocupação do solo e zoneamento. Mostrou alguns mapas durante a apresentação. Explicou como será criado o Conselho da Cidade e das disposições finais e transitórias. Mostrou um pouco do cronograma do Plano Diretor e abriu para que a população pudesse fazer perguntas.

Ata da Terceira Audiência Pública – 11 de Julho de 2019

Seu José Martins sugeriu que deveria ter um representante de cada instituição para discutir sobre o meio ambiente.

A senhora Andrea TSchwinden perguntou sobre o uso do solo que deveria ser mais discutida, sendo esta a parte de maior interesse da população, e que gostaria de saber quando estarão prontos os mapas de identificação de cada morador?

Sua segunda pergunta foi como foram abordados assuntos como extrativismo mineral, já que a equipe técnica considerou este assunto polêmico, ou vai deixar este assunto para o legislativo discutir?

Márcio respondeu para seu José que todos os representantes de entidades, comércios, sindicatos, etc., foram convidados a participar do Núcleo Gestor, mas alguns não tiveram interesse.

Para Andrea, Márcio respondeu que tem áreas que obviamente não poderão ter atividades de extrativismo mineral. Outras áreas do município vão ter as categorias de comodidade, aonde é feito um estudo se é viável ou não ter empreendimento e assim organizar o espaço para separar que vai ser incomodado.

Sobre a pergunta de quando terá os mapas disponíveis para pesquisar, será junto com a lei escrita, em anexo terá todos os mapas, pois fazem parte da lei.

Dr. Carlos disse que tudo vai estar na Versão Preliminar e a partir daí poderá ser discutido através dos protocolos/formulários.

Adriano Costa fez uma sugestão sobre a Consulta Pública via *on-line* para facilitar para as pessoas, sobre a Conferência Final, Adriano pediu que a última palavra não fosse da equipe técnica, mas do Núcleo Gestor.

Senhor Geovane DellaRocca, parabenizou pelos trabalhos do Plano Diretor e disse que sua preocupação é no período de transição entre o plano novo e o antigo, e disse que vem alertando as autoridades municipais há algum tempo sobre a questão do que vem acontecendo no município. Relatou que vê o caos que vem se tornando o trânsito no município, o excesso de quitinetes, sua preocupação quanto a transição que é de dois anos, e neste período pode acontecer um desenfreado processo de projetos que poderão ser construídos neste prazo, inclusive dentro de áreas com alguma determinação, esta é uma preocupação que gostaria de mais atenção.

Senhor Carlos Luckmann também perguntou sobre transição, disse que isto lhe preocupa e que acha este item perigoso. Falou um pouco sobre as tentativas de aprovar os outros planos. Falou sobre sua casa que hoje tem piscina, mas com sombra dos prédios que foram construídos após. Reclamou sobre o tamanho dos terrenos que são construídos os prédios, causando um impacto grande na vizinhança.

Márcio respondeu para Adriano que será organizado o formulário *online* e que inclusive já foi testado, mas que os anexos não poderão ser de forma *online*. Quanto às deliberações dos formulários, serão através do Núcleo Gestor, salvos casos muito específicos técnicos.

Quanto ao período de transição, o objetivo é não deixar um tempo muito longo, já colocar o Conselho da Cidade atuante, fazer o estudo específico de caso a caso dentro deste período de transição, ver as formas de uso da antiga lei conflitando com a nova para que não cause impacto, não atrapalhe o conforto do morador.

Seu José perguntou se para as pessoas que preservam a água, nascentes, haverá algum retorno financeiro?

Adriano perguntou sobre a flexibilidade, sobre a negociação durante o período de transição? Adriano deveria ter o poder de proibir ou não algumas construções. Falou sobre a obra do rio, que achou agressiva ao meio ambiente.

Sobre a pergunta do seu José, Márcio respondeu que existe projeto para quem preservar a água e fornece de alguma maneira para outras pessoas, existe um retorno financeiro em troca de outros serviços pela União.

Sobre a flexibilidade, Márcio disse que no Plano Diretor ficou determinado às áreas que não causariam impactos, empreendimentos que não pode, não pode.

Sobre o rio Dr. Carlos Beirão explicou que a obra foi necessária para que o rio não saia do seu curso natural, invadindo áreas delicadas, e que a obra teve impacto, mas não fazê-la causaria mais impactos.

Sandra pediu a fala e explicou a seu José sobre a água, disse q o Comitê da Bacia do Cubatão está trabalhando para cadastrar as pessoas, pois o projeto está sendo desenvolvido aos que irão auxiliar aumentar a quantidade de água da bacia hidrográfica, com o acompanhamento do Comitê na execução.

São transferidos apoio técnico de infraestrutura aqueles que aderem ao plano.

A ourtoga da água pertence ao Estado e não ao município, os outros municípios que utilizam nossas águas, disponibilizam ao município de Santo Amaro a questão da infraestrutura como forma de pagamento para o estado poder utilizar.

Um participante disse que sobre o processo de transição as colocações que foram abordadas serão eficientes, pessoas que estão realmente dispostas a fazer dar certo, mas que acha necessário algo mais concreto sobre a transição, e que o ideal seria criar um Projeto de Lei ou decreto para que o processo de transição ocorra de uma forma legal.

Márcio disse que seria pensado alguma forma para resolver esta questão.

Após sua fala foi encerrada a Audiência.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim, Secretaria do evento e demais participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, em 11 de julho de 2019.

[illegible]

Daniela Machado

Jane Cândida Diniz

[illegible]

Marcio de França Santos

Marta Della Rocca

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]